

As comunidades imigrantes

Brasileiros

Ultrapassaram os cabo-verdianos em 2007, convertendo-se na maior comunidade estrangeira em Portugal. Eram 66.354 em 2007, pelas contas do SEF. Os que estão



em situação irregular não entram nas estatísticas.

Cabo-verdianos

Constituem a segunda maior comunidade de estrangeiros a

residir em Portugal: 63.925 em 2007. Nenhuma outra comunidade está a recorrer tanto à naturalização. Só no ano passado, o SEF emitiu 7657 pareceres positivos.

Ucranianos

A primeira grande leva chegou com a Expo '98. Em 2007, havia 39.480 ucranianos legais; um ano antes, eram 41.530. O reconhecimento de diplomas universitários terá

Regresso de imigrantes está a deixar o país mais pobre e envelhecido

Representam seis por cento do PIB e garantiram 9,7 por cento dos bebés. Os imigrantes estão a deixar Portugal e, se a tendência se agravar, o país fica mais pobre

Nátalia Faria

Portugal está a perder capacidade de atracção para os imigrantes. E, se o país não for capaz de segurar os imigrantes que tem e atrair novos, vai ficar mais velho e mais pobre, alertam vários especialistas ouvidos pelo PÚBLICO, segundo os quais é urgente colocar um travão à tentativa xenófoba que ameaça em tempos de crise. Por estes dias, os imigrantes representam seis por cento do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2007, foram responsáveis por 9,7 por cento dos nascimentos. E uma projecção recente do Instituto Nacional de Estatística (INE) mostra que, sem imigrantes, a população descerá em 2060 aos 8,2 milhões. Muito antes disso, já a sustentabilidade da Segurança Social terá caído por terra.

Apesar de ainda não ter reflexo nas estatísticas oficiais, a saída de estrangeiros - sobretudo ucranianos -, a par da desaceleração das novas entradas, é uma certeza apontada pelos estudiosos do fenómeno migratório. "Só daqui a um ou dois anos é que esta diminuição terá efeitos estatísticos, porque o imigrante, quando se vai embora, não vai ao centro avisar, aliás, muitas vezes o que acontece é que eles retiraram-se mas mantêm activo o visto para Portugal deixando aberta a possibilidade de voltar", explica Pedro Góis, investigador do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra.

Legais entre "55 a 75 mil"

No caso dos ucranianos, eram 41.530 em 2006. Em 2007, baixaram para os 39.480. Os números de 2008 deverão demonstrar nova diminuição. Mas longe ainda da "fuga" registada na realidade. "A maior parte escolhe a República Checa ou a Polónia - países de Leste mas mais próximos da União Europeia que começam a crescer em termos económicos", diz Góis. Há também os que vão trabalhar em Espanha "e vêm a Portugal só para renovar documentos", como afirma Manuel Solla, da Comissão Nacional para a Legalização de Imigrantes. Segundo Solla, a saída de ucranianos ocorre sobretudo entre os ilegais. "Já

são menos de metade".

O mesmo com os brasileiros. Com um total de 66.354 legais, estes perfaziam, em 2007, a maior comunidade de estrangeiros. Agora, e apesar de o salário mínimo português continuar a triplicar o brasileiro, "há indícios de retracção neste fluxo, seja pela desaceleração de entradas seja pelo regresso de muitos ao Brasil", aponta Góis.

Todos concordam que um cenário de retracção dos imigrantes será fatal. "O país só ganha em sustentar os imigrantes que tem", avisa Eduardo Sousa Ferreira, professor catedrático do Instituto Superior de Economia e Gestão e autor de um estudo sobre a contribuição dos imigrantes para a economia portuguesa. "A imigração contribui para seis por cento do PIB, o que é uma percentagem enorme", acrescenta, convicto de que "a

alternativa à entrada de imigrantes é uma muito maior estagnação da economia".

Os 420.189 imigrantes que, no final de 2007, se encontravam em território nacional, segundo o SEF, perfazem cinco por cento da população do país e oito por cento da população activa. Aqui não entram em linha de conta os ilegais. Serão entre "55 mil a 75 mil", nas contas de Solla, para quem, mais do que preocupar-se com quotas, o Governo devia "dar autorizações de residência a quem, tendo entrado de forma irregular, tenha contrato de trabalho válido e contribua para a Segurança Social". Tal nem sempre acontece, segundo Eduardo Sousa Ferreira, "porque há um custo administrativo associado e, por outro lado, os empresários também não estão interessados nisso, porque um ilegal tem um grau de obediência que não teria se estivesse legal". Dito de outro modo, "os empresários portugueses aproveitam para ganhar mais à custa dos imigrantes e o Governo não está interessado em contradizê-los".

Algarve com mais bebés

Pedro Góis nota que Portugal até tem sido muito generoso com os imigrantes. "Desde 1992 que há sucessivas campanhas de regularização", recorda. E o mais urgente, para o investigador, é contrariar a lógica xenófoba que ameaça irromper ao virar da esquina. "Os imigrantes não são parasitas, são contribuintes líquidos para a nossa economia", enfatiza. Sublinhando que "as diferenças salariais entre Portugal e Luxemburgo vão continuar a ser elevadas", Góis lembra que "se o país der sinais de racismo e xenofobia, alguns dos melhores imigrantes, que já cá entram qualificados, vão-se embora". O que é mau. Culturalmente, "a diversidade é aquilo que fará avançar o país". Demograficamente, "os imigrantes são quem nos garantirá a sustentabilidade económica".

Porque "os imigrantes são essenciais à nossa dinâmica geográfica" é que Leston Bandeira, da Associação Portuguesa de Demografia, assiste horrorizado aos políticos com um

A construção civil é dos sectores com mais imigrantes



discurso a puxar para a diabolização dos imigrantes. "O que os políticos tinham a obrigação de fazer era acalmar as pulsões xenófobas e racistas das camadas mais baixas - que são as mais xenófobas porque vêem no imigrante um concorrente".

Em Portugal, como no resto da Europa. "É um absurdo, mais não



"A partir de 2035, vai haver uma grande competição entre países para ver quem consegue atrair mais imigrantes"

fosse porque as projecções feitas o ano passado pelo Eurostat mostram que até 2035 os países vão conseguir crescer graças à imigração. A partir de 2035, a imigração já não chegará e, aliás, vai passar a haver uma grande competição entre países para ver quem consegue atrair mais imigrantes", antecipa Leston.

Por estes dias, a importância dos imigrantes lê-se, por exemplo, nas projecções do INE segundo as quais, sem imigrantes, a população residente em Portugal descerá em 2060 aos 8,2 milhões. No final de 2007, éramos 10.617.575 milhões, mais 18,5 mil do

que em 2006. E este crescimento baseou-se unicamente na entrada de imigrantes, já que Portugal registou nesse ano - pela primeira vez desde 1918 - um saldo natural negativo (mais mortes do que nascimentos).

Entre 2002 e de 2007, o salto populacional foi de 270 mil pessoas. Para este acréscimo, o saldo migratório contribuiu 91 por cento e o natural apenas nove por cento. Ora, mesmo nos nascimentos os imigrantes são importantes, já que, como salienta a investigadora Maria José Carrilho, numa análise à situação demográfica em Portugal, as estrangeiras foram responsáveis por 9,7 por cento dos bebés nascidos em 2007. Se somarmos os casos em que é o pai a ter nacionalidade estrangeira, a percentagem sobe para os 11,8 por cento. Não por acaso, o Algarve passou a perna ao Minho e é hoje a região portuguesa com maior taxa de natalidade. "O Algarve está com uma fertilidade parecida com a Suécia, de 1,8 filhos por mulher, contra uma média nacional de 1,33 filhos por mulher. E isso deve-se às imigrantes que se fixaram na região para trabalhar na restauração e nos serviços", aponta Bandeira. Não é só por causa dos turistas que o Algarve fala estrangeiro.

Factos

8,2 milhões

será a população residente em Portugal em 2060 se o país deixar de receber imigrantes, segundo uma projecção do Instituto Nacional de Estatística. Actualmente, estão contabilizados 10,6 milhões de habitantes

91%

foi o contributo dos imigrantes no aumento de 270 mil pessoas que a população portuguesa teve, entre 1 de Janeiro de 2002 e 31 de Dezembro de 2007

9,7%

dos 102.492 bebés nascidos entre 2001 e 2007 deveram-se a mães com nacionalidade estrangeira residentes em Portugal

6%

é a contribuição dos imigrantes para o Produto Interno Bruto nacional

contribuído para fixar alguns cidadãos em Portugal.

Chineses

Oficialmente, eram 10.448, mas é enorme a margem de irregulares.



A sua presença estará a diminuir. No ano passado, fecharam, pelo menos, 11 mil casas comerciais. No início do ano, o administrador da Associação da Indústria e do Comércio dos Chineses em

Portugal, Y Ping Chow, estimava uma quebra na ordem dos 30 por cento. Liang Zhan, da Associação de Comerciantes e Industriais Luso-Chinesa, falava em 20 por cento. **A.C.P.**

PAULO RICCA



Programa de regresso voluntário

Em cinco meses, 571 imigrantes pediram ajuda para voltar

Natália Faria

Imigrantes sem meios para comprar o bilhete para casa podem recorrer ao programa

● Chegaram do Brasil, Ucrânia, Angola, Rússia, Cabo Verde. Vieram para ser trolhas, empregadas de limpeza ou de restaurantes e cafés. Mas são cada vez mais os que vêem seu projecto migratório esbarrar a alta bolina no desemprego ou na impossibilidade de conseguir papéis. Em 2008, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) apoiou financeiramente o regresso de 347 imigrantes aos respectivos países de origem. Nos primeiros meses de 2009, esse número já quase duplicou, com um total de 571 pedidos de ajuda. Destes, 491 estão à espera e 80 já regressaram. “São pessoas que foram notificadas para abandonar o país, por estarem ilegais, ou pessoas que até têm autorização de residência mas não conseguiram arranjar trabalho nem meios de subsistência para continuar cá”, caracteriza Mónica Goracci, chefe de missão deste projecto intergovernamental.

Entre os que conseguiram ajuda financeira para regressar preponderam os brasileiros, seguidos, a larga distância, dos angolanos, ucranianos, cabo-verdianos, russos e guineenses.

Apesar de estarem muito longe de traduzir a realidade nacional - porque a larga maioria dos imigrantes regressa por conta própria -, estes números são elucidativos por indicarem que

o abandono de imigrantes triplicou nos últimos meses. “Tinhamos uma média de 30 a 35 novos pedidos em cada mês e, desde Janeiro deste ano, essa média anda à volta dos 90 novos pedidos/mês”, quantifica Goracci, ressaltando que o aumento decorre do agravamento da crise económica tanto como da disseminação dos “pontos de contacto” da OIM pelo território nacional: neste momento existem 19, ilhas incluídas.

O Programa de Regresso Voluntário começa por ter como critério a incapacidade de os imigrantes custearem a viagem de regresso. Logo, ficam excluídos todos os que, tendo visto cair por terra as expectativas em relação a Portugal, tenham meios para voltar ao país de origem ou para mudar de rota.

O programa cobre o bilhete de avião e um “pequeno subsídio de viagem”. Nos casos mais vulneráveis, por exemplo de mulheres com menores a cargo que queiram iniciar uma actividade no país natal, o programa pode apoiar a reintegração até um máximo de 1.100 euros por agregado familiar. “Claro que estas pessoas têm que ter capacidade para criar o seu próprio emprego: imagine alguém que precisa apenas de uma máquina de costura para começar a trabalhar”, exemplifica aquela responsável.

“Alguns”, conta Luís Carrasquinho, o responsável pelo programa, “telefonam a contar como correu o regresso”. Nem sempre o sonho desfeito se reduz a ressentimento: “Têm consciência de que a vida não lhes correu bem porque aqui a situação é complicada para todos”.

PEDRO CUNHA



Muitos imigrantes partem sem ressentimento

Baixaram 56 por cento

Quotas obedecem “à lógica do analfabeto”

A fixação de quotas através das quais o Estado procura limitar a entrada de imigrantes extracomunitários “falhou sempre, mesmo quando era mais generosa”, diz Pedro Góis. Porquê? “Porque o Estado não controla a economia, que, de resto, é muito mais dinâmica do que o Estado consegue prever”, precisa o investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Por isso é que, reforça Manuel Solla, da Comissão Nacional para a Legalização de Imigrantes, a recente redução em 56 por cento da quota de imigrantes extracomunitários - baixou de 8.600 para 3.800 - tem uma relevância prática igual a zero. “No ano em que a quota admitia 8.600 pessoas, foram recrutadas 5.000 e não acredito que no Brasil, Senegal ou em Angola, não existissem interessados naquelas vagas: o que não houve foi divulgação das

ofertas porque Portugal nunca teve uma política de divulgação das necessidades de mão-de-obra no exterior”. Acresce que o diagnóstico das necessidades em termos de trabalho “demora muito tempo a ser aprovado” e, quando “finalmente é aprovado, as empresas já decidiram recorrer a ilegais”, acrescenta Solla. Pedro Góis concorda. E acrescenta que “entrar na quota exige todo um processo consular demorado a que muitas vezes as empresas não recorrem porque lhes é mais fácil angariar a mão-de-obra localmente”. Assim, a fixação de quotas “serve para dar a ilusão de controlo e para convencer os portugueses de que podem estar descansados porque o Governo não deixa que ninguém lhes tire o emprego”, reforça o investigador Eduardo Sousa Ferreira, lamentando que as quotas estejam eivadas desta “lógica do analfabeto”. **N.F.**

A família Evangelista está a fazer as malas e prepara-se para regressar ao Brasil

Depois de quase seis anos, Carlos Evangelista desiste do sonho europeu. A sua história e a da sua família são a prova das dificuldades para se obter a autorização de residência em Portugal

Reportagem

Ana Cristina Pereira

● Carlos Evangelista embala a filha entregue a um choro súbito. A criança nasceu há quatro meses em Portugal. Talvez ela pudesse ajudar os pais e a irmã a regularizar a situação em território nacional. O pai está tão cansado que já nem quer tentar. “Vou para o meu país!”

O rapaz moreno de longos cabelos negros que agora embala a filha aterrou em 2003. Falava a língua, tinha amigos a morar em Vila Nova de Gaia para o receber e para o encaminhar: “Achava que ia ter papéis, trabalhar, ganhar mais dinheiro. Mas, quando cheguei, já tinha fechado a lei de Lula”, um acordo assinado em 2003 entre os governos de Portugal e do Brasil que previa regularizar, em cinco anos, a situação de todos os brasileiros que tivessem entrado no país até aquela data e tivessem um contrato de trabalho válido.

Não fez as malas nem tornou à Bahia. Acreditou que, mais tarde ou mais cedo, regularizaria a sua permanência em Portugal. Decorrida uma semana, já vergava na construção civil: trabalhava ao metro, para um subempreiteiro português, numa obra da Catalunha (Espanha).

Sentia-se explorado. Ganhava “três euros e qualquer coisa” por cada metro de tijolo ou azulejo posto. Aguentou quatro meses. Quis “arranjar melhor”. E arranjou: um contrato com uma empresa portuguesa subcontratada para fazer uma obra na Andaluzia. Desta vez, ganhava à hora.

O bebé sossega nos braços grossos do pai. O electricista permanece de pé, a porta permanece aberta. Primeiro, respostas curtas, secas. Pouco a pouco, respostas mais compostas.

Não exerce a sua arte desde que deixou o Brasil. Na Península Ibérica, assumiu sempre o papel de pedreiro. E a mulher, que agora cruza a porta, entregou-se à limpeza, apesar de ser professora.

“É um choque”, diz ela, camisola justa, cor berrante, a mostrar a elegância já recuperada. “Não é um serviço que a gente esteja habituada a fazer. Tem de se sujeitar a isso por falta de documentos.”

O labirinto dos papéis

O estafego dura há muito. Em 2004, Carlos trabalhava na construção de um centro comercial em Coimbra, já não partilhava o apartamento com os amigos, já encontrara um “ninho” para a sua família. A professora de primeiro ciclo pegou na filha, agora com seis



ADRIANO MIRANDA

anos, e veio.

O brasileiro, como muitos outros imigrantes ilegais, animou-se com a hipótese trazida pela última alteração legislativa. Pediu autorização de residência ao abrigo do artigo 88, n.º 2, da lei 23/2007 de 4 de Junho. “Tinha um contrato de trabalho, segurança social, tudo. O inspector do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras [SEF] disse que o contrato de trabalho era para Espanha, não valia para território português. Eu tinha que arranjar um contrato de trabalho em Portugal”.

Arranjou um contrato com uma empresa portuguesa em troca de um salário fixo. Aguentou três meses. “Seiscientos euros! Esse salário não dava para manter a família!” Quando o SEF o chamou, já tornara a trabalhar nas obras em Espanha com um subempreiteiro português. Recebeu a notificação para abandonar o país em 20 dias.

Vai buscar os documentos. Estica uma folha no sofá. A ordem para abandonar o país tem quase um ano: 17 de Junho de 2008. Motivo: “Não fez prova de possuir um contrato de trabalho”. Estica outras folhas. Irrita-o ter sido obrigado

Simone é professora e faz 40 horas de limpezas a troco de 600 euros. “A gente tem de se sujeitar a isso por falta de documentos”, diz

a pagar multas quando deu início a um processo que, afinal, não o conduziu à tão desejada autorização de residência.

Orientado pela Comissão Nacional para a Legalização de Imigrantes, viu uma hipótese. A mulher tinha contrato de trabalho, descontava para a Segurança Social, podia tentar a legalização através dela. Só que o passaporte de Simone não fora carimbado à chegada e ela não provara ter meios de subsistência.

Simone faz limpezas 40 horas por mês em troca de 200 euros. Tinha de ganhar pelo menos

um salário mínimo. A semana passada soube que de nada serviu argumentar que o marido trabalhava nas obras e ganhava 1200 a 1800 euros por mês, conforme a produtividade.

Acabou a paciência

“Isto está mal organizado”, queixa-se, regressando do quarto, ao qual foi amamentar o bebé. Parece-lhe mal que a filha que nasceu aqui não tenha direito automático à nacionalidade. “Ela nasceu em Portugal, devia ser portuguesa”. Podia solicitar a nacionalidade, se já tivesse concluído o primeiro ciclo de residência há cinco anos.

“Acho que deviam levar em conta a família. Há aqui uma criança na escola, um bebé”, insurge-se ela. “Família e muitos anos de Segurança Social paga”, acrescenta ele. “Quase seis anos de descontos! Pelo tempo que está cá, pelo Segurança Social paga, deviam regularizar”.

“Se está mau para os legais, imagine para os ilegais!”, enfatiza Simone. “Com a crise, se você está ilegal, você não tem como arranjar trabalho”, concorda Carlos. Não

fosse a crise económica e financeira que grassa, fariam as malas e iriam tentar a sorte no outro lado da fronteira. Assim, não.

O artigo 122 da Lei de Estrangeiros dá-lhes uma hipótese. Uma criança que tenha nascido em Portugal, que aqui permaneça, e que se encontre a frequentar a educação pré-escolar ou o ensino básico, secundário ou profissional, tem direito a residência. E, a partir dela, os pais.

Já lhes disseram que pré-escolar significa infantilário. Já lhes disseram que teriam de aguentar mais três anos sem papéis. Carlos fartou-se: “Não estou a trabalhar e não vou trabalhar mais. Vou embora para o meu país”. É só o tempo da outra filha mais velha acabar o ano lectivo.

Simone olha o marido e o seu rosto contrai-se, como se ao olhá-lo lhe pesasse mais a desilusão dele, a desilusão deles: “Como nós, há muita gente”. Só aqui, em Vila Nova de Gaia, duas famílias amigas vão partir. O televisor está sintonizado na TV Record. Carlos já se imagina a partir. Têm casa no Brasil - “casa e transporte próprio”. Retornará a sua arte.

Uma em cada dez crianças nascidas em Portugal é filha de imigrantes

Diminuição de estrangeiros cria problema demográfico e económico

● Portugal está a perder capacidade de atracção para os imigrantes e se não for capaz de travar a tendência está condenado a ficar mais velho e mais pobre, alertam vários especialistas ouvidos pelo PÚBLICO. Os imigrantes representam actualmente cerca de seis por cento do produto interno bruto (PIB), mas ao nível demográfico o seu papel é ainda mais relevante. Em 2007, foram responsáveis por 9,7 por cento dos nascimentos e uma projecção recente do Instituto Nacional de Estatística (INE) mostra que, sem imigrantes, a população portuguesa descera no prazo de meio século dos actuais 10,6 milhões para 8,2 milhões. → Destaque, 2/4